

A RELAÇÃO DOS EUA COM O MUNDO

Leila Bijos¹

SUMÁRIO:

A análise que se apresenta delineia o relacionamento dos Estados Unidos da América com o resto do mundo, seus pilares democráticos e a defesa dos princípios nobres da paz e da liberdade. O engajamento na Primeira e Segunda Guerras Mundiais, pressupunham converter Estados totalitários em nações pacíficas democráticas, coibindo a política da força. O comportamento isolacionista norte-americano converteu-se em luta ferrenha pela liberdade dos homens, em proeminência política internacional, em contraposição com a orientação governamental marxista-leninista da União Soviética.

Os embates da Segunda Guerra Mundial são retratados apresentando um panorama de alianças, de dissuasão, em prol de uma paz duradoura. Com o advento da era nuclear, os Estados Unidos tornaram-se uma ameaça para a União Soviética, acirrando-se as divergências e dando início à Guerra Fria.

As ofensivas internacionalistas perpassam pela ascensão da China, pelo conflito entre a Coreia do Sul e Coreia do Norte, pelo progresso científico e tecnológico do Japão. A estabilidade geopolítica da Ásia vê-se constantemente abalada pelas disputas lindeiras entre Índia e Paquistão, pelo sonho da Formosa em obter sua independência, pelos temores de uma Índia que detém a energia nuclear, pelo secular conflito entre Palestina e Israel, e o novo papel do Irã, país que pode ser a referência política do Oriente Médio. Os mecanismos de integração entre a União Européia e a América Latina abrangem questões da atualidade regional, que estão alicerçadas no grau de comércio e nos acordos firmados no âmbito do processo de integração do Cone Sul.

Palavras-chave: política internacional – unipolaridade norte-americana – nova ordem internacional – Oriente Médio e mecanismos de integração.

ABSTRACT:

The following analysis focuses on the relationship between the United States of America and the rest of the world, its democratic pillars, the defense of peace noble principles and freedom, as well as the contemporary issues. The insertion of the USA into the First World War, and consequently, the Second World War had as its main goal to change the totalitarian States into pacific and democratic nations, prohibiting the use of force. The isolationism behavior of the past converts itself into an intense fight for men's freedom, in international politics prominence, in opposition to the Soviet Union's Leninist-Marxist governmental guidance.

The Second World War battles are portrayed presenting a scenario of alliances, dissuasive actions, targeted to a lasting peace project. With the upcoming of the nuclear

¹ Doutora em Sociologia pelo CEPPAC, Universidade de Brasília (UnB), professora visitante da Universidade da Califórnia em San Diego (UCSD), e professora do Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Segurança (NES). Email: lbijos@ucb.br

era, the United States became a menace to the Soviet Union, intensifying the divergences and giving birth to the Cold War.

The internationalist offensives pass by the rise of China, the conflict between South and North Korea, the scientific and technological progress of Japan. Asian geopolitics stability has been constantly shackled up by the frontier disputes between India and Pakistan, by Formosa's dream of independence, by the fear of a nuclear power armored India, by the ever lasting century conflict between Palestine and Israel, as well as the new role of Iran in the Middle East, which could be a new reference for the region in a near future.

The mechanisms of integration between the European Union and Latin America include as part of the discussion regional issues, which are intertwined into commercial clauses and official agreements signed as part of the South Cone integration.

Key-words: international politics – North American's unipolarity – new international order – Middle East and regional integration.

SUMÁRIO

1. Introdução (O império mundial e o sistema internacional da globalização)
2. A Ideologia do Leste e a Guerra Fria
3. Panorama Geopolítico na Ásia
4. Dissonâncias entre China e Japão no Século XXI
5. Perspectivas para as Américas
6. Considerações Finais
7. Bibliografia

1. Introdução (O império mundial e o sistema internacional da globalização)

Ao debruçar-nos sobre o estágio atual da globalização e do império norte-americano, reportamo-nos à Samuel Huntington², não apenas no contexto de sua tese sobre *Choque de Civilizações*, mas também sobre a divisão central do Ocidente: a diferença de poder entre os EUA e a Europa, devido aos antagonismos e, por vezes, conflitos, gerando diferenças e perspectivas antagônicas. Essas questões levam-nos a uma estrutura global de poder.

Os Estados Unidos, sempre se orgulharam de sua justiça social, de sua democracia e do capitalismo como propulsores de bem-estar econômico. As levadas de imigrantes que se dirigiram ao país no século XIX estavam imbuídas dessa teoria democrática, e mostravam seu repúdio a uma Europa que

² Huntington, Samuel P. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*, (tradução de M.H.C. Côrtes), Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

representava a guerra, a pobreza e a exploração. Os pilares democráticos se assentaram na construção de um modelo de comportamento internacional democrático moralmente superior, na acepção de Spanier³. Ao considerar-se a paz kantiana como estado natural ou normal, vislumbrar-se-ia um ambiente de harmonia e desenvolvimento entre os povos. O conflito só surgiria em decorrência de líderes belicistas que se desviaram dos preceitos morais e racionais corrompidos por um apetite voraz pelo poder. A democracia, onde o Estado tem pouco poder, outorga ao povo o controle das relações políticas e econômicas, com eleições transparentes, permitindo que seus dirigentes sejam trocados periodicamente, evitando-se o despotismo natural das monarquias hereditárias.

Diante desses pressupostos, os Estados Unidos se autodenominaram como a democracia número um no mundo, a partir da Doutrina Monroe, instituída oficialmente em 1823, e que veio a contribuir para uma separação entre o Velho Mundo e o Novo Mundo, mostrando à comunidade internacional que estavam voltados à paz e ao progresso.

A sociedade norte-americana comprometida com seus valores, inimiga da subversão e dos regimes totalitários, somente engajou-se em contextos bélicos a fim de defender os princípios nobres da paz e da defesa dos povos, enviando seus soldados para destruir um inimigo amoral. O engajamento na Primeira Guerra Mundial e, conseqüentemente na Segunda Guerra Mundial, tinham como objetivos primordiais converter Estados totalitários em nações pacíficas e democráticas, coibindo para sempre a política da força. A idéia de reformar o mundo e reconstruir um cenário destruído pelos embates da Segunda Guerra Mundial deram origem à Doutrina Truman e o subsequente Plano Marshall. Com essas medidas, os Estados Unidos inseriram-se na organização de uma área de influência na Europa Ocidental, trabalhando diplomaticamente na contenção da

³ SPANIER, John. *La Política Exterior Norteamericana a partir de la Segunda Guerra Mundial*, Buenos Aires: Grupo Editor Latino Americano, 1991, p. 19.

influência continental soviética.⁴ Os fatos marcaram o término de um período de isolacionismo, em que os Estados Unidos só se preocupavam, praticamente, com a sua política interna. As vitórias exigiam que a ideologia de uma política interna voltada para os assuntos nacionais se estendesse a uma esfera mais abrangente, e se convertessem em guardiões universais da democracia. Gaddis⁵ ressalta que “[Apesar da herança da escravidão, do quase extermínio dos americanos nativos e de persistente discriminação racial, sexual e social, os cidadãos dos Estados Unidos podiam perfeitamente proclamar, em 1945, que viviam na mais livre sociedade da face da Terra].”

O cenário democrático dos Estados Unidos contrastava com a União Soviética, que tinha uma orientação governamental marxista-leninista, um regime autoritário, sob o comando do ditador Josef Stalin que desejava segurança para si mesmo, para seu país e para sua ideologia comunista, através do domínio da força. O propósito de Stalin no pós-guerra voltava-se para a retomada dos territórios perdidos durante a Segunda Guerra, porções da Finlândia, Polônia e da Romênia, além dos estados bálticos inteiros. Almejava concessões territoriais às custas do Irã e da Turquia (inclusive o controle dos Estreitos turcos), assim como bases navais no Mediterrâneo, e a ocupação militar da Alemanha, para que todos se mantivessem sob a influência de Moscou, inclusive com expropriação de bens, pagamento de indenizações e transformação ideológica.

Os Estados Unidos, apesar de sua tradição de alheamento dos assuntos europeus enfrentaram guerras separadas simultaneamente contra os japoneses no Pacífico e os alemães na Europa, mas sofreram poucas baixas, cerca de 300 mil americanos morreram em todos os teatros de operações, não tendo contabilizado grandes ataques a não ser a Pearl Harbor, pela marinha imperial japonesa, em 7 de dezembro de 1941, quando mais de 2400 militares morreram, emergindo, da guerra com uma economia próspera. Seu empenho, no entanto,

⁴ MAGNOLI, Demetrio. *Manual do candidato: questões internacionais contemporâneas*, 2ª edição atualizada, Brasília, FUNAG, p. 62.

⁵ GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria* (tradução Gleuber Vieira), Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 7.

vislumbrava atingir a influência global através de suas idéias em prol da democracia, da liberdade dos homens, imbuído do sonho idealista de Woodrow Wilson de que o mundo tinha de se tornar “seguro para a democracia”.⁶

Durante a Segunda Guerra Mundial, a União Soviética travou apenas uma guerra, mas teve suas cidades pequenas e grandes devastadas, suas indústrias arruinadas ou transferidas às pressas para além dos Urais. Contabilizou uma baixa de 27 milhões de cidadãos soviéticos mortos, e a despeito de ter sua ideologia respeitada na Europa, e contar com Stalin, como seu poderoso chefe desde 1929, necessitava de paz, de ajuda econômica e do assentimento diplomático de seus antigos aliados, não tendo outra alternativa senão buscar aliança com os americanos e ingleses.

A antevisão de Stalin baseava-se na obtenção da ajuda econômica para fortalecer a União Soviética, associada à dominação do continente, sem quaisquer fins altruísticos que viessem a incluir a restauração do equilíbrio de poder na Europa.

Franklin D. Roosevelt que assumiu a presidência em 1933 se esforçou ativamente para levar os Estados Unidos a um papel mais proeminente na política internacional. Suas prioridades eram sustentar os aliados, notadamente a Inglaterra, a União Soviética e a China nacionalista, e assegurar-se de que a cooperação aliada se unisse em prol de uma paz duradoura. Para que a paz fosse estabelecida fazia-se necessário que os aliados aceitassem a criação de um órgão de segurança coletiva com poder para dissuadir e se necessário punir futuras agressões, e a estruturação de um sistema econômico para prevenir a depressão mundial. Em suma, Roosevelt, Churchill e Stalin teriam que conciliar objetivos políticos divergentes, e trabalharem para o interesse comum⁷.

A proposição de Roosevelt e Churchill em fornecer alimento, roupas e armas à União Soviética, tencionava fortalecer a tríplice aliança, reconhecendo

⁶ Discurso ao Congresso, 2 de abril de 1917, in: GADDIS, John Lewis, *História da Guerra Fria*, op. cit., p. 15. Ver também a p. 8 com dados adicionais sobre o ataque a Pearl Harbor.

⁷ GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*, *ibidem*, p. 16.

seu papel preponderante no conflito. Entremetidos, ao saberem que os Estados Unidos haviam testado com sucesso sua primeira bomba atômica em 1945, o clima de desconfiança mútua se exacerbou. Em conversa com Truman durante a Conferência de Potsdam, Stalin foi informado pelo novo presidente americano da bomba, informação que já havia recebido de seus assessores, mas reagiu contra a destruição de Hiroshima três semanas após. Stalin estava certo que o equilíbrio das nações havia sido destruído, que houvera uma ruptura da Grande Aliança, evidenciando uma estratégia norte-americana de contraposição, que resvalaria para a dúvida, instigando as potências ocidentais a não confiarem nos Estados Unidos.

Com o advento da era nuclear, os Estados Unidos passaram a dispor não só de poder industrial como também de arsenais nucleares e mísseis intercontinentais, que deveriam ser superados pelo poder soviético⁸. As relações diplomáticas entre os dois países não foram rompidas, mas acirraram-se as divergências, dando início à Guerra Fria.

2. A Ideologia do Leste e a Guerra Fria

Nas décadas do pós-guerra, entre 1947 e 1989, as relações internacionais viram-se presididas pela ordem da Guerra Fria, com duas superpotências, que tinham necessariamente de competir uma com a outra, revelando a temeridade de suas armas nucleares destrutivas.

Em 12 de março de 1947 Truman fez seu pronunciamento sobre um programa de assistência militar e econômica à Grécia e à Turquia, enfatizando que, daquele momento em diante, “a política americana deve apoiar povos livres que estão resistindo a tentativas de submissão a minorias armadas ou a pressões externas ...”.⁹ A Doutrina Truman, marco inicial da Guerra Fria, fundava-se no conceito de que a União Soviética movia-se segundo uma lógica

⁸ NYE, Joseph S. *O Paradoxo do Poder Americano. Por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada* (trad. Luiz Antonio Oliveira de Araújo), São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 21.

⁹ Para informações adicionais ver: *Harry S. Truman, 1947*, Washington, Government Printing Office, 163, p. 178-179, in: John Lewis Gaddis, *História da Guerra Fria*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 30.

expansionista, que deveria ser contida. Nesse sentido, os Estados Unidos decidem assumir a responsabilidade de organizar a “contenção”, aplicando uma estratégia de sustentação política, econômica e militar dos Estados europeus capitalistas. A noção de contenção formulado por George Frost Kennan, conselheiro americano, usada pela primeira vez em seu longo fax de 8.000 palavras, enviado de Moscou aos Estados Unidos, em 22 de fevereiro de 1946, enfatizava que o “o principal elemento da política norte-americana em relação à União Soviética deve ser a contenção a longo prazo, paciente porém firme e vigilante, das tendências expansionistas russas.”¹⁰

Logo após este fato, Stalin recebe o recém-nomeado secretário de Estado George C. Marshall, que visitou a União Soviética por ocasião de uma reunião em Moscou, em abril de 1947, junto com os ministros de relações exteriores da Inglaterra e da França. O Plano Marshall comprometeu os Estados Unidos com a reconstrução européia, não fazendo qualquer distinção entre as regiões do continente que estavam sob ocupação soviética. O mais importante, naquele momento, não era pensar na ideologia comunista, mas varrer do continente europeu o espectro da fome, pobreza e destruição, revertendo uma tendência de colapso econômico e desemprego.

Stalin, em vez de aderir ao Plano Marshall, Stalin aumentou o quanto pôde o controle, lançando em setembro de 1947 o *Cominform*, versão atualizada do velho *Comintern* de antes da guerra, que visava somente implantar a ortodoxia no movimento comunista internacional, buscando no uso da força, suplantando a ideologia econômica. Ignorou as premissas fundamentais do Plano

¹⁰ O fax de Kennan causou impacto em Washington, tornou-se o fundamento da estratégia dos Estados Unidos em relação à União Soviética, e deu origem a um artigo, publicado em *Foreign Affairs* em 1946, onde assina o texto como Mr. X. O serviço soviético de inteligência rapidamente tomou conhecimento do “longo telegrama”, que deu origem a uma contestação exigida por Stalin ao seu embaixador em Washington, Nikolai Novikov, que foi enviado a Moscou em 27 de setembro de 1946, ressaltando que a “tendência imperialista do capitalismo monopolista americano, se caracteriza (...) por um esforço pela supremacia mundial.” Como consequência, os Estados Unidos estavam aumentando em escala “colossal” suas despesas militares, abrindo bases bem além de suas fronteiras e tinham chegado com a Inglaterra a um acordo para a divisão do mundo em esferas de influência.”, ver: Novikov para o ministro do Exterior soviético, 27 de setembro de 1946, in Jensen, ed., *Origins of the Cold War*, The Novikov, Kennan, and Roberts “Long Telegram” of 1946, p. 3-16. Detalhes adicionais podem ser encontrados em: John Lewis Gaddis, *História da Guerra Fria*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 28.

Marshall, que evidenciava a ajuda econômica americana, e seus conseqüentes benefícios psicológicos, materiais e sociais, que, na verdade, consolidariam o poder geopolítico dos Estados Unidos na Guerra Fria.

Josip Broz Tito, chefe supremo da Iugoslávia, em vez de rechaçar a oferta do Plano Marshall aderiu-o, independentemente de sua aliança com Stalin. Tito possuía a salvaguarda de ter chegado ao poder por conta própria, arrogando-se ao direito de romper com a ortodoxia do Cominform em junho de 1948. Nessa ocasião, a Tchecoslováquia vivia o impasse da morte do primeiro-ministro Jan Masaryk, cujo corpo dilacerado foi encontrado num pátio em Praga, ninguém conseguiu provar se ele havia saltado ou empurrado. A situação agravou-se com o bloqueio impetrado por Stalin a Berlim, mostrando aos europeus que além de assistência econômica, fazia-se necessário a criação de uma organização de proteção militar, sendo então formada a Organização do Tratado do Atlântico Norte, que comprometeu os Estados Unidos, pela primeira vez em sua história, com a defesa da Europa ocidental em tempo de paz.¹¹

A tranqüilidade norte-americana em relação a sua supremacia militar, fê-los concentrar-se na reconstrução econômica européia, até que em 29 de agosto de 1949, a União Soviética lança a sua própria bomba. A revelação mostrou-se assustadora, o que fez com que Truman aprovasse uma produção acelerada de bombas atômicas, a fim de garantir a vitória sobre a União Soviética caso ocorresse uma guerra.

A ascensão de uma nova potência abala o mundo. O cenário internacional é surpreendido pelo vitorioso Mao Tse-tung proclamando na Praça da Paz Celestial (*Tiananmen*), em Pequim, a República Popular da China, em 1º de outubro de 1949, depois de uma guerra civil com Chiang Kai-shek, líder nacionalista que se refugiou na Ilha de Taiwan. O slogan de Mao ressaltava uma nova China aliada à União Soviética, formando uma frente internacional unida pelo proletariado e as massas populares de todas as nações, sua ideologia marxista-leninista lhe conferia poder, o que resultou na assinatura do Tratado

¹¹ GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria* (tradução Glauber Vieira), Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 33.

Sino-Soviético, em dezembro de 1949, no qual a China e a União Soviética se comprometiam com o auxílio mútuo em caso de ataque.

O verdadeiro cataclismo viria em seguida, com o conflito declarado entre as Coreias. A Coreia do Sul foi invadida pela República Democrática da Coreia, ou seja, Coreia do Norte. Gaddis relata que

A Coreia, como a Alemanha, foi ocupada em conjunto por forças soviéticas e americanas no fim da Segunda Guerra Mundial. A nação fizera parte do império japonês desde 1910 e, quando a resistência japonesa subitamente desabou no verão de 1945, o Exército Vermelho, que planejava invadir a Manchúria, viu caminho aberto também para o norte da Coreia.¹²

Syngman Rhee, presidente da Coreia do Sul, empenhou-se para receber o apoio de Washington para libertar o norte, tentativa frustrada, compartilhada pelo general Douglas MacArthur, comandante das forças de ocupação americanas no Japão, mas os dois nunca conseguiram.

A ofensiva de Kim Il-Sung, líder norte-coreano foi consubstanciada por Stalin, que desejava aproveitar as oportunidades surgidas na Ásia oriental, incluindo-se a ofensiva de Ho Chi Minh contra os franceses na Indochina. Se ambas as ofensivas fossem vitoriosas, os êxitos compensariam os reveses sofridos pela União Soviética no ano anterior na Europa. Na verdade, a União Soviética não necessitaria se envolver diretamente nas duas questões, os norte-coreanos e o Viet Minh tomariam a iniciativa, atuando sob o pretexto de unificar seus respectivos países.

Numa perspectiva analítica da balança de poder, a posição da Coreia do Sul era insignificante para o equilíbrio global do poder, mas Stalin não esperava a reação dos americanos, ao verem um país ser invadido de forma tão acintosa, violando o paralelo 38º, limite sancionado pela ONU, o que mostrava um desafio a toda uma estrutura de segurança coletiva do pós guerra.¹³

¹² GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*, op. cit., p. 39.

¹³ GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*, idem, p. 41.

Num momento histórico, enfatizado por Herz, a França rompeu com o comando militar unificado da OTAN, na década de 1960, que tinha nada mais nada menos que o todo arrogante general De Gaulle como chefe supremo; a China rompeu com Moscou, da mesma forma como surgiu o conflito, no final da década de 1970, entre o Vietnã pró-soviético e o Camboja pró-chinês¹⁴; e a Bósnia multiétnica foi dizimada por sérvios e croatas.

O presente nos mostra líderes russos, de diferentes facções, organizando-se para restaurar a grandeza do Império dos czares brancos e vermelhos, numa Rússia pós-comunista, mas a crença num movimento comunista internacional esvaneceu-se no tempo. Enquanto isso, nacionalistas canadenses exigem a separação do Quebec francófono, instalando duradouro impasse institucional, movimentos reivindicatórios da sociedade civil, que tentam chamar a atenção do mundo para suas causas, enquanto os olhos da comunidade internacional mostram-se impactados pelas imagens do massacre entre tutsis e hutus em Ruanda, em abril de 1994. Ou mais recentemente, os assassinatos de milhares de sudaneses não-árabes no Sudão perseguidos por forças separatistas desde 2003, obrigando um milhão e quinhentas mil pessoas a fugirem de suas casas e a procurarem abrigo nos campos de refugiados das Nações Unidas.¹⁵

Os limites da soberania dos Estados vê-se questionada no mundo atual, imerso em um cenário marcado pelo fenômeno da globalização, em que o poder do Estado dilui-se sob o impacto da integração dos mercados, dos fluxos

¹⁴ MAGNOLI, Demetrio. *Manual do candidato: questões internacionais contemporâneas*, op. cit., p. 87.

¹⁵ A crise militar e humanitária que assola a região de Darfur, no oeste do Sudão, é dessas tragédias que não impactam a sociedade, porque elas estão escondidas no deserto do Saara, onde a sociedade civilizada não tem acesso. A limpeza étnica que se processa na região tem repercutido até na vida dos funcionários humanitários do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), que trabalha em conjunto com outras 13 agências da ONU, que sofreu a perda de 12 funcionários em 2006, especialmente engenheiros que trabalhavam em obras de abastecimento de água potável. Nesse ínterim, 30 instalações e bases de ONGs e agências da ONU foram atacadas, e 430 agentes tiveram que ser deslocados de sua área de atuação por causa da violência. Para informações adicionais, ver: Relatório do ACNUR 2006, além de reportagem especial do *Correio Braziliense* de 21 de janeiro de 2007, Seção Mundo “Crise no Sudão”, reportagem preparada por Samy Adghirni e Rodrigo Craveiro, p. 17.

mundiais de capitais, das alianças político-militares supranacionais¹⁶, enclausurado em cimeiras, congressos, reuniões infindáveis, que o subjugam cada vez mais às potências superiores, sem dar-lhe voz, ou propiciar desenvolvimento real para a população.

Diante de uma nova ordem mundial, onde forças bipolares não se enfrentam mais ideologicamente, é preciso contabilizar as perdas, como o idealismo de um projeto de unidade árabe, utopicamente idealizado pelo egípcio Gamal Abdel Nasser, no final da década de 1950, entre Egito e Síria, e um continente africano estacionado no subdesenvolvimento.

3. Panorama Geopolítico na Ásia

A estabilidade geopolítica na Ásia vê-se constantemente abalada pela recusa da China Popular em aceitar a independência de Taiwan, pelas disputas lindeiras entre China e Paquistão, pelos temores de uma Índia que detém a energia nuclear, e o secular conflito entre Palestina e Israel. Num cenário de confrontos ideológicos entre Estados Unidos, Irã, Síria e a organização radical Hezbollah, acusados pelo governo americano de causar a desestabilização da sociedade libanesa, instados a prestar contas de suas ações terroristas; nos perguntamos: como aceitar os atos imperialistas de um guardião do mundo que invade o Iraque sem o assentimento dos principais atores internacionais?

A comunidade internacional tem apresentado uma constante referência ao sistema mundial como um modelo dominado pelos Estados Unidos, criticando o seu excesso de comprometimento nos assuntos mundiais, sobrepondo-se, inclusive, ao mandato da Organização das Nações Unidas

¹⁶ John H. Herz, apresenta o Estado como herança de um passado histórico em vias de desaparecimento, sob o impacto da integração dos mercados dos fluxos mundiais de capitais. Herz focaliza os limites da soberania dos Estados e a sua submissão às alianças político-militares supranacionais, acentuando a permeabilidade das fronteiras nacionais às poderosas tecnologias bélicas da era nuclear. Herz, ao escrever no auge da Guerra Fria, sob o impacto da crise do Canal de Suez e da invasão da Hungria pelas forças do pacto de Varsóvia, ressalta a incapacidade do Estado de proteger o seu território da ameaça materializada nos mísseis balísticos, cuja alternativa seria ceder sua soberania, aninhando-se na proteção oferecida pela OTAN ou subordinando-se ao Pacto de Varsóvia, ver: *Rise and Demise of the Territorial State*, **World Politics**, 1957, in: Demétrio Magnoli. *Manual do Candidato: Questões Internacionais Contemporâneas*, 2. ed. atual. e rev., Brasília: FUNAG, 2000, p. 85.

(ONU), desautorizando-a, humilhando-a frente ao mundo nas suas proposições utópicas de paz e segurança. O aumento progressivo da diferença que separa o potencial militar norte-americano dos seus imediatos seguidores faz com que os EUA disponham hoje e venham a reforçar no futuro próximo, de uma capacidade militar superior ao resto do mundo todo junto¹⁷.

O cenário nos mostra os EUA como superpotência global, com interesses em todos os lugares do mundo e que tendem a expandir seus tentáculos por toda parte, ressaltando a suposta vitória final da ordem liberal do Ocidente promulgada por Fukuyama¹⁸. Huntington, em contraposição a Fukuyama, ressalta a diferença de perspectivas e interesses das nações, o que pode, em qualquer momento, dar margem a conflitos. O surgimento de “grandes potências regionais”, como a União Européia, Rússia, China, Índia e Brasil, mostra um quadro multidimensional de alianças, interesses e estratégias, em que os Estados-nação fundamentam seus interesses de forma abrangente, sem o elo dominador dos Estados Unidos.

Na última década o mundo assistiu a um movimento de forte aproximação entre os EUA e muitas dessas potências secundárias – fenômeno que ficou patente entre o final de 2002 e o início de 2003, quando elas se alinharam com os americanos no Conselho de Segurança da ONU. Apesar das tentativas de se manter o *status quo*, há muitas divisões transatlânticas, com problemas não solucionados e que carecem de uma reflexão mais aprofundada, como a questão do Iraque¹⁹.

¹⁷ O texto de Correia discorre sobre “a opção unilateralista da administração norte-americana nas tomadas de decisões sobre questões globais, desvinculando-se de tratados ou compromissos internacionais que condicionem as suas opções, aceitando participar nas grandes organizações mundiais de segurança coletiva apenas na medida em que estas estejam disponíveis para apoiar os seus desígnios”, ver: CORREIA, Pedro de Pazarat. *Império mundial e ações preventivas*, in: Civilização ou Barbárie, Serpa: Setembro de 2004, p. 11.

¹⁸ De forma otimista, Francis Fukuyama, apresenta um mundo isento de disputas geopolíticas, ausente das rivalidades inerentes dos Estados, outrora preocupados com a ampliação de suas fronteiras, onde sobrariam apenas os interesses econômicos. Veja: *O Fim da História e o Último Homem*, Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

¹⁹ É interessante analisar o diálogo de Anthony Giddens com Samuel Huntington, onde ele reforça o argumento das divisões transatlânticas, e elenca os problemas residuais da Guerra Fria, tais como: o significado do Ocidente, a identidade da Europa, a questão da globalização, e o poderio militar americano em relação ao europeu, in: Folha de São Paulo – *O cisma do Ocidente*, 07.03.2004.

Ao contextualizar-se o Ocidente, é preciso referir-se ao Primeiro Ocidente, que possui um sistema jurídico e constitucional, com um conjunto de direitos individuais, um regime de leis impessoais e liberdades civis delineadas. Na acepção de Guiddens²⁰, o Ocidente ainda é o Ocidente, com sistemas democráticos, com princípios que podem ser difundidos para a maioria das sociedades no mundo.

No entanto, é em torno do Segundo Ocidente que se concentra a maior parte das discussões sobre as divisões transatlânticas. O Segundo Ocidente é uma formação geopolítica com problemas sérios, com questões derivadas da Guerra Fria, da sombra de novas ameaças, dentre elas o terrorismo. O terrorismo pode vir a forjar identidades nacionais, ao qual a Europa está acostumada a enfrentar, mas existe ainda a questão do terrorismo geopolítico. Esse novo tipo de terrorismo, enfatizado por Guidens, alavanca o poder da sociedade civil, muda as regras do jogo e torna-se imprevisível, difícil de ser combatido. O terrorismo geopolítico focaliza suas ações na sociedade civil, age sub-repticiamente, não mostra a sua face, ataca as nações, desestabiliza os sistemas governamentais e insufla a insegurança internacional. Os atentados podem visar uma embaixada, com repercussões políticas; assim como estações ferroviárias, metrô, ou simplesmente um mercado público, onde a população mostra-se mais vulnerável. A amplitude das ações terroristas delineiam a necessidade de um ordenamento jurídico, não concentrado somente na punição criminal dos perpetradores de atos que desestabilizam a segurança internacional, mas que estabeleça normas jurídicas homogêneas que inibam o avanço de ações terroristas, com diretivas internacionais voltadas para o cumprimento dos Estados signatários.²¹ Mas até que ponto poderão os Estados contestarem o poder de natureza cultural? A formação de partidos políticos ligados às corporações mafiosas radicais? A oposição às crenças religiosas?

²⁰ GIDDENS, Anthony. *Para Além da Esquerda e da Direita: O Futuro da Política Radical*, São Paulo: Editora UNESP, 1994.

²¹ Ver: Bijos, Leila. *Desafios do Terceiro Milênio: agravamento das ações terroristas*, in: *Revista de Direito Internacional Econômico e Tributário*, Brasília: Fortium, 2007, p. 269.

Huntington acredita que, em termos globais, religião e nacionalismo tendem a caminhar de mãos dadas: os povos mais religiosos pretendem ser também os mais nacionalistas. Como patriotas, os americanos ostentam um profundo compromisso com Deus e com seu país – entidades que não costumam suscitar grande dose de entusiasmo nos europeus. Giddens não parece se convencer dos argumentos apresentados por Huntington e enfatiza que a distinção entre a experiência européia e a americana se funda na politização da direita religiosa.

A questão da sociedade global da informação mostra-se de suma importância para Giddens, pois os cidadãos deixaram de ser cidadãos passivos para terem um papel ativo no tocante às decisões que afetam suas vidas. Para ele, além da questão do Iraque, as comparações com a Alemanha e o Japão do pós-guerra devem levar em conta a maior difusão dos sistemas democráticos, que proporcionam formas de alavancagem antes não existentes.

Há um processo extraordinário de disseminação da democracia no mundo, e muitos estiveram sujeitos durante um longo período sob a influência americana, como a Coreia do Sul e Taiwan, hoje teme-se a influência dos fundamentalistas, com sua inserção cada vez mais abrangente nos partidos políticos, muitos deles dissidentes e ligados a associações extremistas. No contexto do mundo mulçumano, há democracias emergentes em países como a Malásia, Bangladesh, Turquia e Indonésia. Giddens acredita que o principal conflito da nossa era seja o embate entre o cosmopolitismo e o fundamentalismo:

O cosmopolitismo está no cerne do Ocidente, no sentido do Primeiro Ocidente: princípios universais graças aos quais pessoas de diferentes culturas podem relacionar-se e viver umas ao lado das outras. Para mim o fundamentalismo inclui todos os tipos de fundamentalismo – não apenas o islâmico, não somente o religioso, mas também o de caráter étnico e nacionalista. A meu ver os fundamentalistas são sujeitos que afirmam só haver um modo de vida válido e que pensam que os demais têm de sair da frente. Nesse sentido, eu diria com muita firmeza – e até de forma apaixonada que o Ocidente ainda é o Ocidente²².

²² GIDDENS, Anthony. *O cisma do Ocidente*, **Folha de São Paulo**, 07.03.2004.

Em 17 de Setembro de 2002 a Casa Branca publicou o documento que constituiu a diretiva definidora das suas grandes opções para a estratégia de segurança dos EUA, *The National Security Strategy of the United States of América*, no qual a atitude imperial é assumida sem qualquer ambigüidade, onde (i) reconhece que exerce um poder a nível planetário e que está na disposição de continuar a exercê-lo; (ii) considera a sua constituição e as suas leis as únicas fontes de legitimidade para intervenção em todo o mundo; (iii) afirma-se como o único Estado verdadeiramente soberano enquanto todos os outros são dependentes (soberania limitada no velho conceito brejneviano), se bem que escalonados em diferentes níveis de dependência, reservando-se Washington o direito de intervir em qualquer deles; (iv) propõe-se e acredita que pode instalar em todo o mundo uma ordem à imagem dos EUA, assumindo a modalidade intervencionista de tipo messiânico.²³

Ninguém nega a tendência norte-americana aos seus direitos soberanos, mesmo que se faça uma revisão do conceito de soberania, ou nos situemos no pós-Guerra Fria, quando verificaremos que a configuração da esfera de poder dos Estados Unidos, sua supremacia militar, seu poder de persuasão, e o direcionamento de sua política externa realmente abrange o mundo. Mas, para além desta caracterização que deriva de uma observação empírica sobre o comportamento dos responsáveis de Washington, salienta-se a evolução de um sistema de poder bipolar, para uma unipolaridade considerada indesejável pela comunidade internacional. A atual hegemonia dos Estados Unidos suscitará alianças obstativas que acabarão por limitar o seu poder.²⁴ A atual situação da política internacional é inatural.²⁵

²³ Ignacio Ramonet discute o documento da Casa Branca e conclui que a natureza imperial do poder norte-americano põe sua tônica na opção assumida por operações preventivas e preemptivas. Ramonet afirma que “os EUA não hesitarão em agir sozinhos a título preventivo” (p. 9) porque “(...) um império não se verga a qualquer lei que não tenha sido por si promulgada. A sua lei tem a vocação de se transformar em lei Universal”, p. 11. Ver: RAMONET, Ignacio. “Introdução, uma guerra preventiva?”, *O império contra o Iraque*, Campo da Comunicação: Lisboa, 2003.

²⁴ Nye, Joseph S. *O Paradoxo do Poder Americano*, SP: Ed. UNESP, 2002, p. 44.

²⁵ Waltz, K. Globalization and American Power, *The National Interest*, primavera de 2000, apud Nye, Joseph S. *O Paradoxo do Poder Americano*, SP: Ed. UNESP, 2002, p. 44.

Os teóricos das relações internacionais previram, no passado, um sistema caracterizado por uma pentapolaridade cujos pólos seriam os EUA, a União Européia (UE), a União Soviética (URSS), a República Popular da China (RPC) e o Japão. Essa convergência de sistemas tenderam a aproximar-se depois de 1960, mas nunca chegaram a confundir-se. Em primeiro lugar, porque o sistema econômico e monetário da União Européia não estava concluído, a União Soviética esfacelou-se depois de sua reestruturação política (*perestroika*), cuja implementação perpetrada por Mikhail Gorbachev apresentava um escopo de políticas de transparência (a *glasnost*), que aceitava a independência de seus Estados, assim como a atenuação de sua rígida economia centralizada, transformando-a em economia planificada, propiciando uma nova abertura política.

A República Popular da China encontra-se em processo de transformação e industrialização aceleradas, com mudanças estruturais significativas no sistema internacional. O plano econômico lançado pelo atual presidente, Hu Jintao tem como objetivo crucial restaurar a base de legitimidade do Partido Comunista Chinês (PCC), e traz no seu bojo um modelo de desenvolvimento inserido no 11º Plano Quinquenal (2006-2010) pelo Parlamento Chinês, aprovado em março de 2006, voltado para o aumento do rendimento *per capita* e dos níveis de vida da população, em suma uma política monetária expansionista, a chamada *kaige kaifang* (política de abertura exterior). As reformas econômicas visam promover a reunificação completa da China, envolvendo Hong Kong, Macau e Taiwan. A Quarta Revolução²⁶, ou marcha para a plena modernidade²⁷, não pode abdicar de pontos negativos no plano econômico, que assentam-se na fragilidade do sistema financeiro e o risco de falência de vários bancos públicos chineses cuja

²⁶ Os novos líderes da China fazem parte da Quarta Geração (A geração de Mao foi a primeira, a de Deng Xiaoping a segunda e a de Jiang Zemin a terceira. Hu Jintao, antigo engenheiro hidráulico, de 62 anos, tornou-se o mais jovem membro do Comitê Permanente do Politburo do Partido Comunista Chinês, in: Andrew J. Nathan e Bruce Gilley, “Os novos dirigentes da China”, **Política Externa**, Vol. 11 nº 4, mar/abr/mai 2003, pp. 14-38.

²⁷ Amaury Porto de Oliveira, em “O salto qualitativo de uma economia continental”, apresenta um panorama histórico, político e cultural da China, desde a primeira Revolução Republicana de 1911, até os dias atuais, mostrando a integração do país na economia internacional, in: **Política Externa**, Vol. 11 nº 4, mar/abr/mai 2003, pp. 5-13.

viabilidade está ameaçada por elevados *ratios* de crédito mal parado, estimado em cerca de 43% do PIB em 2002.²⁸ A China apresenta-se, também, como um dos maiores violadores dos direitos humanos no planeta, utilizando mulheres, crianças e idosos em trabalho de regime semi-escravo, ressaltando-se as assimetrias mais cruéis de distribuição de renda na Ásia, o que mina a coesão política nacional. Incluem-se no rol de assimetrias regionais, as contaminações ambientais que ceifaram a vida de mais de 300 mil pessoas em 113 cidades nos anos recentes, que são consideradas como poluídas, e que apresentam riscos para a saúde humana. A maioria das pessoas morre prematuramente com doenças respiratórias causadas pela poluição do ar, pelo uso do carvão como fonte principal de energia, seguido de outros vetores endêmicos.²⁹ O aumento do desemprego e da “polarização”³⁰ – os contrastes entre ricos e pobres –, tem forçado a população a evadir-se para os pólos de desenvolvimento em Guangdong, no sul da China, que faz parte dos três grandes triângulos de crescimento chinês (sul de Guangdong, Hong Kong, Macau e ligações com Taiwan); e que insere o Yangtze River Delta (focalizado em Shanghai e envolvendo parte das províncias de Zhejiang e Jiangsu); e o Bohai Rim Region (envolvendo Beijing e Tianjin e partes das províncias de Liaoning e Hebei).³¹ Essa política de desenvolvimento costeiro recebeu impulso quando Deng

²⁸ Neves ressalta que “a concessão negativa desses créditos baseia-se em fatores políticos e não econômicos per si, direcionados a empresas estatais chinesas em situação de falência técnica. O governo chinês tem usado o sistema bancário para conceder crédito com baixas taxas de juro às empresas estatais, as quais absorvem atualmente cerca de 50% do total de crédito concedido, o que produz um efeito negativo de *crowding out* do setor privado, dificultando o financiamento de projetos de investimento de maior qualidade e relevância para o crescimento econômico futuro” (p. 11). Ver: Miguel Santos Neves, “A China como potência global emergente: vulnerabilidades, tensões e desafios”, in: **Política Externa**, Vol. 15 nº 1, junho/julho/agosto 2006, p. 7-21.

²⁹ Idem, p. 10. Para informações adicionais, é interessante consultar o artigo de Amaury Porto de Oliveira, “Tentando compreender a China”, in: **Política Externa**, Vol. 15 nº 1, junho/julho/agosto 2006, p.23-39.

³⁰ Não obstante a elevação do nível da população chinesa, nas últimas décadas, é marcante a ameaça de aumento do desemprego, assim como a corrupção, e a migração das zonas rurais para os centros urbanos, a despeito do plano de modernização. Eduardo Gonçalves Serra ressalta que “[A entrada da China na Organização Mundial do Comércio é talvez o principal acontecimento da economia internacional na última década. Pelas dimensões de sua economia – é o sétimo maior exportador mundial (3,9% do total) e o oitavo importador (3,4%), com um PIB de 1,024 trilhão de dólares (ou 853 dólares per capitã) e 1,239 bilhão de habitantes (em 2000) que já representam um grande mercado consumidor –, a China tem um papel decisivo na economia mundial.]”, in: “Considerações sobre os impactos da entrada na China na OMC”, **Política Externa**, Vol. 11 nº 4, mar/abr/mai 2003, pp. 39-48.

³¹ Ibidem, p. 10.

Xiaoping realizou em 1992 seu famoso circuito por cidades do Sul e Shanghai, conclamando aos magnatas da diáspora a que se mobilizassem para ajudar a edificar, nas duas regiões, novos “tigres asiáticos”.³² O fluxo constante de migrações urbanas, as disparidades de renda entre grupos urbanos e rurais, a insatisfação de quase dois terços da população rural, constitui uma preocupação a mais para o regime chinês, que não pode mais contar com o apoio dos agricultores, que eram o setor âncora do partido num passado longínquo.

4. Dissonâncias entre China e Japão no Século XXI

Apesar das relações bilaterais entre Japão e China estarem enquadradas na *soft diplomacy*, o país é visto como uma ameaça aos interesses chineses. O Japão, com sua exuberância econômica, que entusiasmou o mundo nas décadas de 1970 e 1980, com uma modernização pautada sob o slogan “capacidade ocidental com o espírito japonês”, viu-se diante de uma China agressiva, repleta de redes inovadoras do Círculo Chinês, em aliança ou não com redes americanas, mas trabalhando em uníssono para colocar no mercado os seus produtos, com projetos padronizados, utilizando chips e desenhos de outros países, derrubando preços, abocanhando um elevado percentual de vendas domésticas desses aparelhos.³³

O Japão do pós-guerra encontrou na capacidade de crescer economicamente com rapidez, uma superação para seus problemas internos, pilares sólidos fundamentados no dinamismo das áreas de ciência e tecnologia, educação e cultura. O crescimento econômico que alcançou o patamar de 10% do PIB nos anos setenta, continuou a ser mantido nas décadas de oitenta e noventa, mudando, transformando e readaptando suas instituições com base no modelo ocidental. Em menos de vinte anos os japoneses deixaram definitivamente para trás o espectro da estagnação e da perda de autonomia

³² Em relação a essa solicitação, dois tycoons, Li Ka-shing e Gordon Wu responderam prontamente ao líder chinês, com investimentos maciços que se traduziram na expansão de rodovias, pontes, ferrovias, portos fluviais, terminais para *containers* e aeroportos, dinamizando toda a região. Ver: Amaury Porto de Oliveira, “Dissonâncias e convergências sino-japonesas no século XXI”, in: **Política Externa**, Vol. 12 nº 4, mar/abr/mai 2004, pp. 7-22.

³³ Idem, p. 16.

nacional para tornarem-se a segunda maior economia do mundo capitalista.³⁴ As mudanças estruturais realizadas na economia japonesa nos últimos cinquenta anos, que impulsionaram um dinamismo econômico ímpar ultrapassaram as fronteiras nacionais e arrastaram consigo vários países do Sudeste Asiático, além da Costa Leste dos Estados Unidos, criando uma zona de prosperidade na Bacia do Pacífico, irradiando uma “unicidade” aos olhos dos outros países, muito embora se verifiquem pontos negativos nas teses sobre a “niponicidade”, tornando-se necessários ajustes de cunho realista para que o país possa ocupar um espaço político e militar equivalente à sua capacidade econômica, equiparando-se com a realidade atual apresentada, especialmente pela China.

O fortalecimento da China põe em xeque o relacionamento do Japão com os Estados Unidos, que passa a duvidar da manutenção do Acordo de Segurança Mútua firmado no passado, e “se as ações militares e diplomáticas dos EUA, mundo afora, contribuem para a segurança do Japão”.³⁵ As expectativas de uma ampliação do papel internacional do Japão na política global não se efetivaram, e o país continua sem ter voz política representativa para atuar como núcleo de poder irradiador na política global, enquanto a China vai afirmando-se e impondo um *status quo* independente dos esquemas estratégicos de Washington, alheia a uma lógica diplomática fundamentada pelo governo norte-americano.

Como tratar China e Japão no mesmo patamar, principalmente se são concorrentes estratégicos frente à globalização? Exemplo prático da inserção chinesa, é a sua representação em foros internacionais multilaterais. Uma mostra disso é uma China destemida que aderiu ao Fórum Internacional da ANSEA, única associação intergovernamental do Leste Asiático em que se discutem problemas de segurança, inclusive com a presença dos EUA. A este respeito, Oliveira, em artigo anteriormente mencionado³⁶, chama a atenção para o fato de que “a China uniu-se aos países da Associação nas Nações do Sudeste Asiático,

³⁴ Ver: Bijos, Leila. “A cooperação técnica internacional em sua nova dimensão triangular: Brasil-Japão-Países em Desenvolvimento”(Dissertação de Mestrado), (mimeo), Universidade de Brasília: 1994, p.24.

³⁵ Amaury Porto de Oliveira, “Dissonâncias e convergências sino-japonesas no século XXI”, *op. cit.*, p. 17.

³⁶ Ibidem, p. 18.

ao Japão e à Coreia do Sul, na ANSEA + 3, entidade que promove entendimentos regionais sem a participação dos EUA, numa demonstração da crescente autonomia de posicionamento dos países do Leste Asiático”.³⁷

Os países membros da ANSEA + 3 ao tentarem diluir a influência internacional dos EUA, mostram uma aliança regional que tenta consolidar-se no Sudeste Asiático, através de responsabilidades mundiais compartilhadas, inclusive no que se refere à questão da segurança. A atuação das forças militares do Japão é um tema polêmico, onde correntes nacionalistas defendem o retorno do país a uma condição de ‘Estado Normal’, em que sua força militar possa atuar regularmente, de acordo com os interesses e necessidades do Estado Japonês. Isso não significa que o Japão não possua uma força militar, uma vez que aloca uma média de US\$ 40 bilhões com gastos militares. O único impedimento é a utilização dessas forças militares para solucionarem conflitos internacionais, o que levou o Primeiro-Ministro Koizumi a promulgar uma nova legislação autorizando o envio de tropas ao Iraque, para colaborar com os Estados Unidos.³⁸

Em outubro de 2003 foi assinado em Bali, o convênio de Parceria Estratégica entre a China e a ANSEA, descrito como “não alinhado, não militar e não exclusivo”, mas voltado ao multilateralismo, antecipando uma visão de comunidade econômica e de segurança.

³⁷ A Associação nas Nações do Sudeste Asiático é formada por dez países asiáticos e seus três membros associados: China, Japão e República da Coreia. As exportações como um todo já atingiram a cifra de US\$ 16,6 bilhões de dólares. A China marcou um tento público ao tornar-se o primeiro país de peso internacional a aderir ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático, originalmente assinado em 1976 pelos cinco membros fundadores da ANSEA. Originalmente, a ANSEA foi criada em 1967 à sombra da *Pax Americana*, com um forte conteúdo anti-comunista. A Associação foi reformulada e, em 1989, recebeu a adesão da Papua-Nova Guiné, em 1989, depois da China, o Japão e a Índia aderiram ao grupo. Ver: Amaury Porto de Oliveira, “Dissonâncias e convergências sino-japonesas no século XXI”, *op. cit.*, p. 21.

³⁸ Dados estatísticos mostram a classificação de gastos militares por país, tendo os Estados Unidos em primeiro lugar, com a ordem de US\$ 276,700,000,000, a China com 55,910,000,000 (ano fiscal de 2002), França 46,500,000,000 (2000) e em quarto lugar o Japão com 39,520,000,000 (ano fiscal de 2002), e em quinto lugar a Alemanha com 38,800,000,000 (2002). Ver: Alexandre Ratsuo Uehara, “Perspectivas para o papel internacional do Japão”, in: **Política Externa**, Vol. 12 nº 4, mar/abr/mai 2004, pp. 23-33. Para maiores detalhes econômicos, consultar artigo de Eduardo Kiyoshi Tonooka, “A década perdida da economia japonesa”, in: **Política Externa**, Vol. 12 nº 4, mar/abr/mai 2004, pp.35-41.

Hu Jintao tem se empenhado pessoalmente como mediador entre EUA e Coreia do Norte, além de participar das sessões anuais da APEC, e reuniões com o Primeiro-Ministro da Índia e do Presidente do Paquistão, objetivando a pacificação do Subcontinente Indiano. Nas reuniões diplomáticas com o Presidente George W. Bush, ele e seu Primeiro-Ministro Jiabao têm procurado fortalecer as relações comerciais sino-americanas, uma vez que são constantes as reclamações dos empresários americanos devido à queda de suas exportações e alegações constantes de práticas ilegais das empresas chinesas, incluindo-se a violação dos direitos de propriedade intelectual, e um superávit extraordinário da China (103 bilhões de dólares em 2002, 120 bilhões de dólares em 2003). Os países primário-exportadores do Sudeste Asiático têm procurado fortalecer suas alianças com o fim primordial de alavancar seus negócios e melhorar suas frágeis economias. Hu Jintao não tem se escusado em discutir, inclusive, temas melindrosos como a movimentação pró-independência em Taiwan³⁹.

As reuniões Ásia-Europa (ASEM) objetivam fortalecer as relações com as associações regionais, sublinhando a importância da cooperação pela consulta, a fim de que os impasses sejam resolvidos da forma mais rápida possível, estabelecendo estratégias em caso de ataques terroristas, lavagem de dinheiro, tráfico de seres humanos, ou a instalação e o respectivo fortalecimento das máfias, em suma, lutando para o beneficiamento da região como um todo. Os tópicos principais centram-se no fortalecimento das relações econômicas, esforço da cooperação inter-regional, a situação no Oriente Médio, especialmente no tocante ao Líbano, a crise relativa ao desenvolvimento de armas nucleares na Coreia do Norte, e a evolução do processo democrático em Mianmar.

O que se percebe no Sudeste Asiático é que uma China forte e próspera trará benefícios incontáveis aos seus vizinhos, com o estabelecimento de uma área de livre comércio, zonas de processamento de exportação, e uma “base

³⁹ OLIVEIRA, Amaury Porto de. *Tentando compreender a China*, **Revista de Política Externa**, Vol. 15 nº 1, junho/julho/agosto 2006, p.24.

produtiva comum”. Essas estratégias inserem-se na teoria do “sistema do vôo dos gansos”, que prevê a estruturação de uma rede de produção com diferentes níveis tecnológicos entre o Japão e seus vizinhos. A estruturação dessa rede inicia-se primeiro através da transferência de tecnologia de empresas japonesas aos novos países industrializados (NICs), que ficaram conhecidos como “tigres asiáticos”, gerando um segundo nível tecnológico de produção, num processo em que as tecnologias obsoletas são repassadas para terceiros – membros da ANSEA.

Esse contexto abarca três configurações importantes para a região, que é o de um ordenamento internacional, onde releva-se a cooperação, deixando de lado as premissas de subordinação ou conflito. A abrangência das relações econômicas mostram um cenário de aprofundamento da interdependência entre os países, a necessidade de cooperação constante, e a colaboração da União Européia. Nas considerações feitas por Uehara⁴⁰ verifica-se que “os países europeus tinham interesse que o Japão deixasse de ser um “anão político” ... “O Japão era visto, pelos países europeus, como um carona, isto é, um país que apenas se beneficiava do ordenamento internacional mantido pelos EUA e outros países ocidentais.”

O Japão tem interesse em participar de forma mais abrangente das questões européias, envolvendo-se em tópicos de interesse geral para a comunidade internacional, principalmente no que se refere à cooperação para pesquisa e desenvolvimento de tecnologias. Um tópico que tem incomodado é o desenvolvimento de tecnologias de defesa contra mísseis, e que tem causado problemas com a China, que é um país importante na estabilidade regional. O temor de um Japão militarmente forte contrapõe-se com a China que disputa acirradamente a liderança regional. Nesse contexto inserem-se de um lado os Estados Unidos que se mostram preocupados com a ausência de transparência e clareza nos assuntos políticos e estratégicos; e de outro a União Européia, que

⁴⁰ UEHARA, Alexandre Ratsuo. *Perspectivas para o papel internacional do Japão*, **Revista de Política Externa**, Vol. 12 nº 4, mar/abr/mai 2004, pp. 23-33. p. 28.

num contexto geral precisa ampliar seu relacionamento com os países do Leste Asiático, mas necessita, também, vencer as suas idiossincrasias internas.

Para os países em desenvolvimento é importante que a União Européia se consolide, apontando para uma cooperação mais abrangente, não só com o continente asiático, mas também com a América Latina.

5. Perspectivas para as Américas

Os mecanismos de integração entre a União Européia e a América Latina abrangem questões da atualidade regional, que estão alicerçadas no grau de comércio que está sendo gerado pela UE e por uma estimativa do aumento setorial no valor das exportações e das importações e às suas repercussões sobre o bem-estar da população no decorrer dos últimos anos. Os principais acordos firmados no âmbito do processo de integração do Cone Sul incorporam o acervo de instrumentos internacionais que já se convencionou chamar de “patrimônio do Mercosul”, e as discussões para tratativas com a União Européia, processo que teve início em 1995, quando foi firmado o 1º Acordo de Cooperação-Reconhecimento Recíproco. Posteriormente, em 1999, foi assinado o Acordo de Associação Inter-regional, de bases mais amplas, incluindo o diálogo político, o desenvolvimento socioeconômico, ações de controle ao narcotráfico, bioterrorismo, migração e saúde. Nessa análise insere-se o Acordo-Quadro Inter-regional com a União Européia, que é emblemático da preocupação dos Estados Partes, cuja instabilidade, decorre de oscilações ou desequilíbrios conjunturais nas economias da região, como Bolívia, Equador, Peru e Uruguai, países onde não há um plano de desenvolvimento industrial que possa impulsionar os processos de desenvolvimento locais. São mecanismos que corroboram para a desintegração ou fragmentação regionais.

Os debates atuais centram-se nas alianças regionais, no fortalecimento da democracia, em políticas de exportação, negociações comerciais internacionais para eliminar barreiras protecionistas e subsídios que penalizam as exportações dos países menos desenvolvidos, principalmente os produtos agrícolas. As

relações comerciais e econômicas deverão se aprofundadas enfatizando-se os programas sociais, com inclusão social e combate à pobreza. Os países desenvolvidos devem dar prioridade à justiça e à solidariedade, com reestruturação da dívida externa latino-americana.

Essas estratégias de relações internacionais não parecem priorizar os mais pobres, sempre imagina-se que os entendimentos vão sofrer descontinuidade e os projetos vão desaguar no fracasso, como ocorreu com a constituição do NAFTA, que representou, nas palavras de Magnoli⁴¹ “[uma estratégia de Washington especialmente voltada para a hipótese de fracasso da Rodada Uruguai do GATT [...], razão pela qual trabalha-se em prol de um consenso no Mercosul. Na verdade, o Mercosul responde tanto à estratégia de inserção de nações menos favorecidas, como a Bolívia, que necessita de apoio econômico para seus investimentos, como uma fábrica de biodiesel e o acesso ao Atlântico, assim como a retomada do projeto do Rio Madeira, que compreenderá a construção de eclusas para navegação até Manaus, com subsídios do governo brasileiro.

A América do Sul vê-se impactada pelas declarações do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que com suas idéias socialistas, promete estatizar as companhias venezuelanas, num discurso anti-Estados Unidos, numa retórica que imita o líder cubano Fidel Castro. As assimetrias entre os países poderiam ser reduzidas se o Uruguai e o Paraguai pudessem produzir bens de exportação com menor quantidade de insumos internacionais, os quais passariam a ser tributados apenas uma vez ao entrarem no bloco. Se os onze projetos aprovados na 32ª Cúpula do Mercosul, ocorrida no Rio de Janeiro, na semana de 15 a 19 de janeiro de 2007, com financiamento do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), no montante de US\$ 136,5 milhões, saírem da pauta e forem implementados, haverá um ganho substantivo na área de infra-estrutura, cooperação científica, apoio à microempresa, combate à febre aftosa, além do projeto do Grande Gasoduto do Sul (GGS), que necessitará de uma infra-

⁴¹ MAGNOLI, Demetrio. *Manual do candidato: questões internacionais contemporâneas*, op. cit., p. 92.

estrutura de tubulações de mais de 8 mil quilômetros ao longo do subcontinente. Dos projetos mencionados, cinco são paraguaios, três uruguaios, um boliviano; sem mencionar a Argentina que se afastou do projeto GGS, uma vez que seu presidente Nestor Kirchner teme o desgaste de sua imagem num momento em que concorre à reeleição no seu país.⁴²

Levará tempo para que os êxitos sejam contabilizados pela comunidade internacional, desde que haja continuidade na articulação da política externa de cada um dos países-membro do Mercosul, além de uma amplitude de ações para o apoio dos Estados Unidos.

O diálogo com os Estados Unidos é complexo, mas não deve ser descartado da agenda internacional, uma vez que, como país hegemônico, exerce o poder diretamente sobre toda a comunidade internacional. Os EUA impõem as regras, exercem a soberania além de suas fronteiras, arrogando-se mesmo o direito de ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, através de formas de coação que vão da mais benevolente suscitação, passando pelas mais duras formas de pressão, até às modalidades de intervenção mais violentas.

Poderia-se, quiçá mudar este sistema unipolar dominado pelos EUA se a ONU dispusesse de órgãos eleitos universalmente, exercendo uma forma de poder legislativo, executivo e judicial, ainda que filtrado por instâncias nacionais, que fosse reconhecido e aceito por todos os seus membros. O quadro atual, no entanto, não nos parece reconhecer a influência da ONU. Percebe-se, no entanto, o contrário, a ONU está numa fase em que só perde poder, necessitando de uma reforma administrativa completa, o que foi ressaltado pelo ex-Secretário Geral, Kofi Anan. Os desafios que se apresentam deveriam incluir o Brasil, juntamente com demais membros do G-4, como membros permanentes

⁴² Ver: Cópia dos acordos assinados na 32ª Cúpula do Mercosul no site www.mre.com.br, no Correio Braziliense, de 21.01.2007, Caderno Mundo, Tema do Dia: *Mercosul*, p. 16.

em um Conselho de Segurança reformado, como uma chance para um mundo mais seguro.

Ao assumir o posto de Secretário-Geral da ONU, o sul-coreano Ban Ki-Moon encontrou uma instituição que está à deriva, imersa em corrupção, impotente diante de uma desintegração no Iraque, acossada pelo conflito Israel-Palestina, submersa no sangue do genocídio que ocorre no Sudão, impactada frente a uma guerra no Chifre da África, assustada com o aquecimento global, e apreensiva com as ameaças de armas nucleares no Irã e na Coreia do Norte. Muito menos se vislumbra a hipótese de um Estado universal para o qual a ONU não está vocacionada e que passaria pelo desaparecimento das instituições tipo Estado-nação. Essa hora está longe de chegar.

Em suma, o que se percebe é que o mundo está vivenciando transformações muito rápidas, num contexto de pós-Guerra Fria, numa era em que vigora um sistema unipolar, com os EUA como potência suprema, qualificada de imperialista. Através de seu poderio pode-se identificar a realidade da globalização, em que as empresas americanas, através de seus tentáculos, tentam abarcar a maior parcela de negócios do mundo. Se conceituarmos a globalização, veremos que legitimamente corresponderá a um império mundial hegemonizado pelos EUA.

Afinal, quais são as limitações ao poder imperial norte-americano? Essa conceituação de unipolaridade não é aceita pela maioria dos analistas internacionais, dentre eles Samuel Huntington⁴³, que introduziu o conceito de sistema uni-multipolar para caracterizar o mundo atual. Huntington ressalta que “atualmente apenas há uma superpotência. Mas tal não significa que o mundo seja unipolar. Um sistema unipolar teria uma superpotência, grandes potências pouco significativas, e várias pequenas potências.

O modelo que vislumbramos hoje é o de um sistema uni-multipolar com uma superpotência e várias grandes potências. Os americanos, na acepção de Huntington, consideram o mundo como regido por um sistema unipolar, tendo os

⁴³ HUNTINGTON, Samuel. *The lonely superpower*, **Foreign Affairs**, New York, N.Y.: 1999, p. 35-36.

Estados Unidos como centro das ações. Como poderíamos conceituar uma nova lógica de poder? Hoje temos um controle indireto do poder global, assentado nos instrumentos de poderio norte-americano que inclui o poder militar, econômico e mediático, com a mesma lógica dos antigos impérios coloniais, aplicada à dimensão global. Somos livres e donos de nossa soberania contestarão alguns, não percebemos uma ocupação territorial, nem a apropriação direta de nossas matérias-primas, mas verificamos um domínio indireto sobre recursos minerais e estratégicos. No caso do Brasil, percebe-se a fragilidade da soberania da região Amazônica. O que dizer da invasão do Iraque, que evidencia os interesses norte-americanos pelo domínio do mundo árabe, e controle do petróleo?

Baran e Sweezy, em seminal artigo de 1969 sobre o tema questionam: “Why does the United States oligarchy need and maintain such a huge military machine nowadays when it used to get along with such a little one?”.⁴⁴

Para responder a esta questão devemos primeiro considerar o papel das forças armadas numa sociedade capitalista. Desde os primórdios, isto é, na Idade Média, o capitalismo foi um sistema internacional. E sempre foi um sistema hierárquico, com uma ou mais metrópoles no topo, completamente dependentes das colônias sob o seu domínio, e muitos níveis de super-ordenamento e subordinação entre eles. Esses padrões são de crucial importância para o funcionamento, tanto do sistema como um todo, como para seus componentes individuais, e embora sendo um fato importante, não foi mencionado pelos economistas burgueses e, nem foi considerado pelos marxistas⁴⁵. Na verdade, é impossível compreender o papel das forças armadas numa sociedade capitalista, sem a análise do caráter internacional do sistema central, que é o foco de nossa análise. As forças armadas são usadas num contexto internacional para invadir, tomar posse, reprimir e manter o controle da força de trabalho doméstica.

⁴⁴ Ver: BARAN, Paul & SWEEZY, Paul. *Monopoly Capital* (1969) Chapter 7, p. 178-180.

⁴⁵ A ênfase de Baran e Sweezy mostra que: “Marx himself understood the crucial importance of the international structure of capitalism, but the plan of *Capital* and, perhaps even more important, the fact he did not live to complete his work have given rise to what appears to be a widespread impression that Marx considered the international character of the capitalist system to be of secondary significance. This could not be said to Lenin of course, but even today there are many Marxists who seem to think that capitalism as an international system can be understood as merely a collection of national capitalisms. There is therefore justification for the criticisms expressed by Oliver Cox in his *Capitalism as a System* (New York, 1964, Chapter 14) and value in his reiterated insistence that the international character of capitalism has always had a decisive effect on the nature and functioning of the national units which compose it”, in: BARAN, Paul & SWEEZY, Paul. **Monopoly Capital** (1969) Chapter 7, p. 178-180.

Concordemos ou não, a unipolaridade imperial é a expressão geoestratégica do sistema da globalização. Se lançarmos nossos olhos para o sistema geopolítico da América Sul, principalmente no que se refere aos tratados de integração, perceberemos que pode se identificar pré-disposição dos Estados Unidos em minar a integração sul-americana. Percebe-se que, além de questões ideológicas ou culturais, a potência hemisférica deseja manter sua hegemonia continental, consolidada parcialmente com a polarização da América Central a seus ditames. A criação da ALCA foi um argumento necessário para que os Estados Unidos viessem a potencializar sua hegemonia econômica em detrimento do Mercosul e da Comunidade Andina.

6. Conclusões Finais

No contexto internacional o panorama que se apresenta é muito mais complexo. O estilo americano, configura, num primeiro momento, uma negação da primazia do interesse nacional. As realidades da política de poder e as considerações relativas ao equilíbrio, tão evidenciadas pelo contexto bipolar da Guerra Fria e ressaltadas pela retórica internacionalista de Henry Kissinger, permaneceram no plano utópico. No entanto, o que se percebe é um discurso distinto da realidade de poder vigentes na cena internacional.

As invasões americanas no presente não condizem com as diretrizes históricas de desenvolvimento enaltecidas pela Doutrina Monroe (1823) e a Doutrina Truman (1947). Nos dois casos, evidenciavam-se objetivos adequados ao interesse nacional, com um desejo de alcançar os seus vizinhos em parâmetros de democracia, cidadania e desenvolvimento.

A guerra que os EUA, com o apoio de alguns aliados, levaram ao Iraque em 2003 e se prolonga indefinidamente no presente, tem-se agravado, mesmo com o enfraquecimento de Saddam Hussein e seus aliados mais diretos, mostrando que não é fácil implementar uma política democrática na região, quando não se

respeita as raízes sócio-culturais e religiosas do povo. Os conflitos étnicos e armados constituem um exemplo clássico de que não se pode intervir de forma unilateral na soberania de um país. Os soldados americanos que conseguem sobreviver ao nível de *stress* que lhes é imposto por uma guerra onde não se pode identificar claramente o inimigo, estão retornando aos seus lares abalados psicologicamente, apresentando um dos mais altos índices de suicídio da história norte-americana.

Sendo uma guerra de iniciativa dos EUA, que não recebeu a concordância internacional, porque carecia de argumentos, no direito de legítima defesa, que foi desencadeada contra a integridade e contra a soberania de outro Estado, preenche todos os requisitos que tipificam uma guerra de agressão. Decidida unilateralmente, sem o apoio nem a cobertura do Conselho de Segurança da ONU, configura-se uma guerra ilegítima. Baseada na invocação de pretextos que se revelaram fraudulentos, existência no Iraque de armas de destruição massiva, nomeadamente armas nucleares e ligações do regime de Bagdad à Al Qaeda e que os responsáveis pelo seu desencadeamento sabiam serem falsos, é uma guerra amoral. De agressão, ilegítima e cínica pôde, apesar disso, contar com a impunidade e a passividade da comunidade internacional e da sua instância suprema, a ONU, porque foi da iniciativa da potência imperial que lidera o sistema global. Constituiu, assim, a manifestação mais genuína do poder do império mundial.

Em segundo lugar assumiu todos os ingredientes de uma ação preventiva. Os EUA não estavam convencidos de que ocorreria uma ameaça, de que haveria uma agressão iminente. Quando os observadores das Nações Unidas informaram que não havia qualquer sinal de agressão por parte do Iraque, que não dispunham de instalações militares no país ou em qualquer parte do mundo, ou que seus interesses vitais corressem perigo, os EUA não aceitaram, ignoraram os relatórios elaborados pelos técnicos, assim como a decisão da ONU e decidiram atacar o Iraque.

Por último, a guerra preventiva de agressão no Iraque inscreveu-se no cenário da contra-proliferação nuclear. Esse foi, como já vimos, um dos pretextos invocados e, aqui, nem interessa salientar a fraude que rodeou a sua formulação. Pretendia-se – ou dizia-se pretender – impedir o aparecimento de mais uma potência nuclear que pudesse vir a ser um novo instrumento de dissuasão que alterasse o atual desequilíbrio regional ou seja, a proliferação horizontal. Só que tal foi feito por potências nucleares que sistematicamente violam o Tratado de Não Proliferação Nuclear na sua componente vertical e, beneficiando do poder de coação de que dispõem, usam a agressão para preservarem o *apartheid* nuclear. É a mais clara aplicação do princípio da contra-proliferação.

Nesse cenário internacional de conflito e cooperação, reconhece-se o esforço da América Latina e a Ásia do Pacífico em participarem ativamente do escopo internacional. A análise atual concentra-se em novos pólos de atração, tendo como foco as perspectivas da China e do Japão no início do século XXI.

O tabuleiro internacional mostra o esforço dos países latino-americanos para ocuparem posições estratégicas, que seriam colimadas com a criação de uma união aduaneira, com o fortalecimento das negociações e prováveis alternativas para a consolidação de ações no âmbito do MERCOSUL, a incorporação de outros Estados Partes nas discussões e um melhor relacionamento com os países asiáticos.

Nenhum país conta com uma acumulação de recursos comparável a dos Estados Unidos da América. Diante de uma nova Ordem Mundial a América poderia exercitar ampla autonomia de poder e influenciar regimes que, em última análise serviriam especialmente a seus interesses.

Como a América Latina também pretende trabalhar em bloco e absorver as lições bem-sucedidas no mundo, precisa reformular seus padrões educacionais, formular metas abrangentes, e investir no capital humano. No que se refere ao Brasil, como líder sul-americano, não só pelo seu gigantismo natural, mas como exemplo de governo popular, precisa consolidar, via diplomacia, sua hegemonia na região de forma ideal e realista.

Bibliografia:

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**, Brasília: Editora UnB, 1986.

BARAN, Paul & SWEEZY, Paul. **Monopoly Capital** (1969) Chapter 7, p. 178-180.

BEAUFRE, André. **Dissuasion et stratégie**, Armand Colin: Paris, 1964.

BIJOS, Leila. “*Desafios do Terceiro Milênio: agravamento das ações terroristas*”, **Revista de Direito Internacional Econômico e Tributário**, Brasília: Fortium, 2007, p. 267-282.

_____. “*A cooperação técnica internacional em sua nova dimensão triangular: Brasil-Japão-Países em Desenvolvimento*” (Dissertação de Mestrado), (mimeo), Universidade de Brasília: 1994.

CORREIA, Pedro de Pezarat. *Império mundial e ações preventivas*, in: **Civilização ou Barbárie**, Serpa: Setembro de 2004.

COUTO, Cabral. **Elementos de Estratégia**. Instituto de Altos Estudos Militares: Lisboa, 1988.

GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria** (tradução Gleuber Vieira), Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

GIDDENS, Anthony. **Para Além da Esquerda e da Direita: O Futuro da Política Radical**, São Paulo: Editora UNESP, 1994.

HUNTINGTON, Samuel. “The lonely superpower”, **Foreign Affairs**, Volume 78, Nº 2, March/April 1999.

_____. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**, Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

MAGNOLI, Demétrio. **Manual do candidato: questões internacionais contemporâneas**, 2ª ed. atual. E ver., Brasília: FUNAG, 2000.

NATHAN, Andrew J. e GILLEY, Bruce, “Os novos dirigentes da China”, **Política Externa**, Vol. 11 nº 4, mar/abr/mai 2003, p. 14-38.

NEVES, Miguel Santos, “*A China como potência global emergente: vulnerabilidades, tensões e desafios*”, **Política Externa**, Vol. 15 nº 1, junho/julho/agosto 2006, p. 7-21.

NYE, Joseph S. **O Paradoxo do Poder Americano. Por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada** (trad. Luiz Antonio Oliveira de Araújo), São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria e à história**, Gradiva: Lisboa, 2002.

OLIVEIRA, Amaury Porto de Oliveira, “Tentando compreender a China”, **Política Externa**, Vol. 15 nº 1, junho/julho/agosto 2006, p.23-39.

_____. “Dissonâncias e convergências sino-japonesas no século XXI”, in: **Política Externa**, Vol. 12 nº 4, mar/abr/mai 2004, pp. 7-22.

_____. “O salto qualitativo de uma economia continental”, **Política Externa**, Vol. 11 nº 4, março/abril/maio 2003, p. 5-13.

RAMONET, Ignacio. “Introdução, uma guerra preventiva?”, **O império contra o Iraque**, Campo da Comunicação: Lisboa, 2003.

SERRA, Eduardo Gonçalves. “Considerações sobre os impactos da entrada na China na OMC”, **Política Externa**, Vol. 11 nº 4, mar/abr/mai 2003, p. 39-48.

SPANIER, John. **La Política Exterior Norteamericana a partir de la Segunda Guerra Mundial**, Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1991.

TONOOKA, Eduardo Kiyoshi. “A década perdida da economia japonesa”, **Política Externa**, Vol. 12 nº 4, mar/abr/mai 2004, p.35-41.

UEHARA, Alexandre Ratsuo “Perspectivas para o papel internacional do Japão”, **Política Externa**, Vol. 12 nº 4, mar/abr/mai 2004, p. 23-33

WRIGHT, Richard – *Écoute homme blanc*, Calmann-Lévy Editeurs, Paris, 1959

SITES:

N/N – *The National Security Strategy of the United States f America*, The White House, Washington, <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.html>, September 17, 2002.